



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

- A Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, do concelho de Almada, foi inscrita pela empresa Parque Escolar, E.P.E., na Fase 3 do PMEES (Programa de Modernização das Escolas de Ensino Secundário), no sentido de modernizar as suas instalações e proporcionar aos alunos as melhores condições possíveis para a sua aprendizagem, e teve o seu processo suspenso, em 2011, face à difícil situação económica do país.

- A gestão do PMEES pela Parque Escolar, E.P.E., de 2007 até à tomada de posse do actual Governo, não teve em conta os limites orçamentais, da empresa e do país, e prejudicou a importante missão de requalificar o parque escolar do país. São provas dessa má gestão, tanto o relatório da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) como o da auditoria do Tribunal de Contas, cujos relatórios finais apontam para gastos excessivos e injustificados, tendo em vista o objectivo das empreitadas, pondo em risco a própria requalificação das escolas. É público que o Governo tem procurado, com a nova administração da Parque Escolar, E.P.E., soluções para que a requalificação das escolas secundárias do país não fique irremediavelmente comprometida. Contudo, é igualmente do conhecimento geral o quanto a necessidade de paralisação das obras de requalificação prejudicou as comunidades escolares do país, impedindo que todos os alunos do ensino secundário tivessem acesso a escolas requalificadas e com melhores condições. Nesse sentido, o Governo já se comprometeu em retomar as obras de requalificação, logo que assim seja possível.

- Em Novembro de 2011, foram alertados os serviços municipais de protecção civil e demais entidades para uma situação de risco de queda de um muro dessa escola, com mais de quatro metros de altura, tendo nesse período a zona sido vedada e a situação avaliada por técnicos competentes. De acordo com declarações de responsáveis da Protecção Civil de Almada, o Ministério da Educação, primeiro pela DREL e, posteriormente, pela DGESTE, tomou conhecimento da situação, tendo-a considerado urgente e iniciado os procedimentos para a sua devida resolução. No entanto, até este ano, a situação manteve-se por resolver.

- A não-resolução desta situação tem inquietado a população, que identifica no referido muro um factor de risco para a sua segurança e, em particularmente, para a segurança dos jovens e dos alunos da comunidade educativa, uma vez que o muro se localiza numa zona de passagem destes no acesso à sua escola. Actualmente, a rua encontra-se vedada, embora os residentes a utilizem enquanto área de estacionamento.

- Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, abaixo-assinados, estão conscientes dos esforços que o Governo tem levado a cabo no sentido de cumprir os seus compromissos quanto à requalificação dos edifícios escolares, assim como quanto à reparação de situações como a acima descrita. Do mesmo modo, os Deputados estão cientes das actuais dificuldades que o país atravessa e da necessidade de manter o programa de modernização dos edifícios escolares financeiramente sustentável. Apesar disso, os Deputados consideram que a comunidade educativa da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto deve ser informada sobre o ponto de situação quanto à resolução da situação do muro dessa escola.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação e Ciência, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Tem conhecimento da situação de risco de derrocada iminente do muro da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto?

2 – Confirma as informações divulgadas pelos órgãos de comunicação, tanto quanto à gravidade da situação como quanto às diligências do Ministério da Educação e Ciência para a resolução da situação?

3 – Em caso afirmativo, como e quando planeia o Ministério da Educação e Ciência proceder à reparação do referido muro?

Palácio de São Bento, terça-feira, 28 de Outubro de 2014

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)
JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)
MICHAEL SEUFERT(CDS-PP)
ABEL BAPTISTA(CDS-PP)
TERESA CAEIRO(CDS-PP)

Deputado(a)s

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)